



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES  
RUA DESEMBARGADOR HOMERO MAFRA,60 - Bairro ENSEADA DO SUÁ - CEP 29050906 - Vitória - ES - [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br)

## **TERMO**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. ÓRGÃO / UNIDADES REQUISITANTES:**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SEÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E SEÇÃO DE PATRIMÔNIO DA COORDENADORIA DE SUPRIMENTO E CONTROLE PATRIMONIAL

Rua Desembargador Homero Mafra, nº 60, Enseada do Suá, Cep: 29.050-906, Vitória – ES.

#### **2. OBJETO (CAT SERV: 906):**

CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA OS BENS ARMAZENADOS NOS DEPÓSITOS DO ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO.

#### **3. OBJETIVO:**

A contratação visa proteger a Administração de grandes prejuízos financeiros, em caso de eventuais sinistros, proporcionando recuperar parte do investimento.

#### **4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

A contratação se faz necessária diante do alto investimento realizado na aquisição dos materiais armazenados no Almojarifado e Patrimônio do TJES, avaliados em milhões de reais, garantindo a recuperação de parte do valor em caso de incêndios e outros eventos cobertos, que causem danos aos bens em questão.

#### **5. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO - SEGURO (CAT SERV: 906):**

Trata-se de contratação de empresa especializada na prestação de serviço securitário para os bens armazenados nos depósitos do Almoxarifado e Patrimônio do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

O seguro deverá cobrir danos nos bens de consumo e permanentes armazenados nos depósitos do Almoxarifado e Patrimônio, derivados de: incêndios e explosões diversas (ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros), raios e suas consequências, queda de aeronaves, ventos fortes, ciclones, granizos e danos elétricos.

**ENDEREÇO DOS DEPÓSITOS:** Rodovia ES 010, Km 4, Jardim Limoeiro, Serra/ES (ponto de referência: antigo galpão da Eletrocity, em frente ao Cerimonial Steffen), conforme planta de situação 1096776, que demonstra todos os blocos de depósitos que contém materiais do Almoxarifado e Patrimônio.

Os depósitos são guardados por dois postos de vigilância presencial 24h que compreendem oito vigilantes que se alternam, de dois em dois, em turnos de 12h. Possui sistema de câmeras na edificação, num total de 60 câmeras, entretanto, nos galpões a quantidade é de 40 câmeras. O galpão do Almoxarifado e a sala de Patrimônio (bens novos) são guardadas por sistemas de alarmes de intrusão monitorados 24h pela Central de Monitoramento, porém, referido sistema de alarme não atua contra incêndios. O imóvel também possui cerca elétrica em todo o perímetro.

Destaca-se que o objeto da contratação é o seguro do conteúdo que está armazenado nos depósitos, uma vez que já há seguro específico para as edificações, contemplando incêndio, raio, explosão, vendaval e granizo, conforme detalhes constantes na apólice de seguro 1272387, vigente até o dia 22/07/2023.

#### **6. QUANTIDADE - LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO, FRANQUIA E REAJUSTE:**

A importância total segurada, que deverá ser contemplada na apólice de seguro, será R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

O percentual máximo (teto) da franquia deverá ser de até 10% (dez por cento) do valor total dos prejuízos indenizáveis.

Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis. No caso de prorrogação, a CONTRATADA poderá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, bônus pela não ocorrência de sinistro, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) do Ministério da Fazenda.

#### **7. JUSTIFICATIVA PARA A QUANTIDADE SOLICITADA:**

Os valores máximos contratados foram definidos após as diligências descritas abaixo:

Valor médio dos materiais permanentes armazenados: R\$ 800.000,00 conforme estimativa do documento 1099268.

Valor médio dos materiais de consumo armazenados: R\$ 1.200.000,00 conforme estimativa do documento 1278489.

#### **8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

As licitantes deverão apresentar Certidão da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) do Ministério da Fazenda, atestando a regularidade para operar no mercado segurador brasileiro, no ramo de seguro patrimonial.

## **9. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:**

A execução da contratação será acompanhada e fiscalizada pelo TJES, por servidor designado como gestor contratual, representando o CONTRATANTE.

O gestor contratual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação, diligenciando para sanar as eventuais faltas.

## **10. PRAZO DE VIGÊNCIA DA APÓLICE DE SEGURO:**

A apólice de seguro terá vigência de 12 (doze) meses a partir de sua emissão, podendo ser prorrogada por igual período na forma da legislação vigente ([Lei nº 14.133/21](#)), se houver interesse da Administração e vantajosidade dos preços. O índice de reajuste a ser aplicado nas prorrogações será o IPCA.

## **11. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

11.1. A emissão da apólice de seguro deve estar de acordo com as coberturas contratadas, contendo todos os dados necessários, devendo ser entregue junto com o manual do segurado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

11.2. As alterações na apólice poderão ser solicitadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e processadas pela seguradora, através de endosso.

11.2.1. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, a CONTRATADA disporá de até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento do pedido expresso emitido pelo gestor contratual.

11.2.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereços, dentre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, devidamente justificados pelo gestor contratual, durante o período de vigência da apólice.

11.2.3. Havendo a necessidade de ampliação dos limites máximos de indenização descritos no item 6, durante o período de vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio complementar referente ao acréscimo necessário, considerando a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação e o período remanescente até o fim da vigência da apólice.

11.2.3.1. Caberá ao gestor contratual promover diligências, através da Seção de Compras, visando comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, visando garantir a vantajosidade do valor do prêmio complementar referente ao acréscimo necessário.

11.2.4. Em caso de redução dos limites máximos de indenização descritos no item 6, durante o período de vigência da apólice, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período remanescente até o fim da vigência da apólice e valor total da redução, com base nos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

11.2.4.1. A devolução deverá ser realizada mediante emissão e pagamento da Guia de Recolhimento do PJES, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, ao gestor contratual, para comprovação da devolução em questão e documentação do processo de execução contratual.

11.2.5. Considera-se, para efeito de cálculo de ampliação ou redução dos limites máximos de indenização, períodos remanescentes múltiplos de 30 dias.

11.3. Em caso de sinistro, será emitido relatório informando a descrição resumida e o valor total dos bens danificados, para ressarcimento dos valores.

11.4. As indenizações dos prejuízos resultantes dos riscos cobertos deverão ser realizadas mediante emissão e pagamento da Guia de Recolhimento do PJES, no prazo máximo 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da comunicação oficial emitida pelo gestor contratual.

11.5. Em caso de sinistro, os bens irrecuperáveis deverão ser baixados no estoque (bens de consumo) e no controle patrimonial (bens permanentes) do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, ficando fisicamente à disposição da CONTRATADA, para destinação que entender pertinente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da comunicação oficial emitida pelo gestor contratual. Vencido o prazo em questão, os bens serão destinados conforme orientação da Administração, para liberação do espaço físico de armazenagem nos depósitos.

## **12. DEVERES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE:**

### **12.1. DEVERES DA CONTRATADA:**

12.1.1. Emitir RECIBO das comunicações enviadas pelo gestor contratual, carimbando-as, assinando-as e datando-as, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento de e-mail do gestor contratual, devolvendo-as no referido prazo, para confirmação de recebimento dos referidos documentos.

12.1.1.1. A CONTRATADA deverá informar, OBRIGATORIAMENTE, o e-mail de contato, que será utilizado para recebimento de comunicações, valendo, para fins de início dos prazos, a data de envio do documento eletrônico pelo gestor contratual.

12.1.2. Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, contendo todos os dados necessários e pertinentes.

12.1.2.1. Substituir, em até 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação do gestor contratual, a apólice que relacione itens não aceitos, por estarem em desconformidade com o Edital, por outra que contenha apenas os objetos contratados.

12.1.3. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

12.1.4. Manter, durante a vigência da apólice, preposto ou corretor de seguros especialmente designado para atender à Contratante, devendo constar na apólice em questão os dados completos do referido preposto ou corretor de seguros.

### **12.2. DEVERES DO CONTRATANTE:**

12.2.1. Nos casos em que julgar conveniente, o TJES deverá comunicar à CONTRATADA, através do gestor contratual, a ocorrência de sinistros.

12.2.2. Proteger os bens sinistrados, de modo a evitar o agravamento dos danos.

12.2.3. Aguardar vistoria dos bens sinistrados, pela CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da comunicação oficial emitida pelo gestor contratual, antes de proceder a baixa no estoque ou no controle patrimonial, para destinação adequada.

## **13. FORMA DE PAGAMENTO:**

13.1. O pagamento do prêmio será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da apólice de seguro e “atesto” do gestor contratual, desde que não haja fato impeditivo, devidamente justificado pelo referido gestor.

13.2. Deverão ser apresentadas todas as certidões exigidas na licitação, dentro do prazo de validade.

#### **14. DAS PENALIDADES:**

Em conformidade com as disposições previstas neste Termo de Referência e no Edital, o licitante vencedor que descumprir as obrigações estipuladas ficará sujeito às sanções estabelecidas na [Lei nº 14.133/21](#) e, ainda, às seguintes penalidades:

14.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos e/ou será declarado inidôneo para licitar ou contratar pelo prazo de até 6 (seis) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e demais cominações legais.

14.2. A recusa em emitir a apólice implicará em cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor adjudicado e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo período de até 3 (três) anos.

14.3. O prazo para emissão da apólice de seguro admite prorrogação nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração.

14.4. A aplicação de multas não exime o licitante de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.

14.5. As sanções porventura aplicadas poderão ser registradas no CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas).

14.6. A aplicação de penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa, na forma da legislação vigente.

14.7. O gestor contratual comunicará a CONTRATADA sobre a aplicação de eventuais penalizações, para defesa prévia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de sua intimação.

#### **15. PROJETO PREVISTO NA LOA (ELEMENTO DE DESPESA):**

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.69 - SEGUROS EM GERAL.

#### **16. INDICAÇÃO DOS GESTORES CONTRATUAIS:**

Gestor Titular: GUSTAVO GONÇALVES BIAZI.

Gestor Substituto: MAURO DE SOUZA TRISTÃO.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1603973** e o código CRC **F2C8747F**.